

## CPI dos Correios escolhe seus dirigentes e inicia investigações

Com Delcídio Amaral na presidência, Maguito Vilela na vice e Osmar Serraglio na relatoria, comissão marca sua primeira atividade: a audiência de Maurício Marinho, ex-chefe de departamento dos Correios acusado pela revista *Veja* de receber propinas



**DECISÕES** Enquanto Renan Calheiros afirmava que a reforma política será a resposta do Congresso à crise, a CPI elegia seus dirigentes



O senador Delcídio Amaral, do PT, foi eleito ontem presidente da CPI do Congresso que investiga denúncias de corrupção nos Correios. Ele obteve 17 votos, contra 15 dados ao candidato da oposição, César Borges. Dois parlamentares do PMDB, aliado do governo, ocupam postos igualmente importantes: Maguito Vilela é vice-presidente e Osmar Serraglio, relator da comissão, que já iniciou as atividades.

Páginas 4 e 5



**PRESERVAÇÃO** Novo mecanismo que protege futuras unidades de conservação gera polêmica no Plenário do Senado

## Senado aprova MP que limita desmatamento

O governo pode impedir o desmatamento de áreas que estejam sob estudo para possível transformação em unidades de conservação. A previsão legal consta de medida provisória aprovada pelo Senado

na forma de projeto de lei de conversão. O mecanismo, que gerou polêmica, foi definido pela senadora Ana Júlia Carepa como uma limitação administrativa temporária que afeta atividades predatórias.

Página 3

## Punição da compra de votos pode ter norma mais rigorosa

Página 7



**SOLUÇÃO** As parcerias aumentam as chances de recuperação de toda a malha de transportes, diz Raupp

## Raupp: PPPs podem assegurar desenvolvimento

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ressaltou ontem a importância das parcerias público-privadas (PPPs) para a estratégia de desenvolvimento nacional, viabilizando o acesso a serviços públicos qualificados e baratos.

– Das parcerias depende, em grande parte, a solução para o estrangulamento de toda a infra-estrutura nacional de transporte, principalmente no que se refere ao escoamento da safra agrícola. E não falo apenas da recuperação da malha rodoviária, mas também das outras vias de transporte, as ferroviárias e hidroviárias – disse.

Raupp salientou que o desafio de implementar essa nova estratégia de captação de investimentos não termina com a promulgação dos seus marcos legais. Para o senador, o tema comporta oportunidades de aprimoramento, por meio de ações legislativas e administrativas.

Como exemplo, Raupp citou a possibilidade de se promover, por meio de mecanismos seletivos de isenção fiscal, a melhoria dos fluxos financeiros dos projetos de parcerias e, dessa maneira, estender seus benefícios aos usuários, com a redução do preço final dos serviços.

# Agenda

## Renan conversa com presidente do Congresso argentino

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa do lançamento do Relatório Regional sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para a América Latina e o Caribe, às 9h30. Cristovam Buarque, presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), conduz os trabalhos. Às 12h, Renan recebe o presidente do

Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Adylson Motta; às 13h, participa de almoço oferecido pelo vice-presidente da República, José Alencar, ao vice-presidente da República argentino, que é também presidente do Congresso de seu país, Daniel Scioli. Às 15h30, Scioli e Renan voltam a se encontrar no Senado.

## Reforço orçamentário para Executivo

A sessão de hoje, às 14h, analisa o projeto de lei de conversão (PLV 14/05), originado da Medida Provisória 241/05, que libera R\$ 299 milhões para a Presidência da República e para os ministérios da Defesa e da Justiça. Em razão de ter sido esgotado o prazo constitucional de tramitação, a matéria tranca a pauta de votações. Ou seja, os demais itens que constam da ordem do dia, em que predominam propostas de emendas constitucionais, só podem ser analisados depois da votação do PLV.



## Marina fala sobre desmatamento da Amazônia

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, participa, às 10h, de reunião conjunta das comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Ela prestará esclarecimentos sobre o desmatamento na Amazônia, cujas florestas, segundo índices divulgados pelo governo federal, perderam 26.130 km<sup>2</sup> entre agosto de 2003 e agosto de 2004.

## Indicações para embaixadas em exame

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se às 10h para analisar as indicações de Sérgio França Danese para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Argelina

Democrática e Popular; Clodoaldo Hugueneu Filho para o cargo de delegado permanente do Brasil em Genebra; e Luiz Felipe de Seixas Corrêa para comandar a embaixada brasileira na Alemanha.

## Controle sobre manipulação de remédios

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 10h, discute proposta (PLS 101/03) que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, para proibir a captação de receitas contendo prescrições magistrais e oficiais por outros estabelecimentos de comércio de medicamentos que não as farmácias e vedar a intermediação de outras unidades comerciais.



## Emendas à LDO

As emendas apresentadas à Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) são tema das reuniões das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h; de Serviços de Infra-Estrutura (CI), às 11h; de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), às 10h; e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), às 13h30.

## Deputados de Rondônia

A Comissão Externa de Rondônia vai se reunir às 11h30 para ouvir o depoimento de cinco deputados daquele estado, que devem prestar esclarecimentos sobre denúncias de cobrança de propina por membros da Assembléia Legislativa, apresentadas pelo governador Ivo Cassol.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)



**REFERÊNCIAS** Mesquita Júnior rende homenagem a "figuras fundamentais" da história do estado

## Mesquita Júnior registra os 43 anos do Acre

Os 43 anos da elevação do Acre à categoria de estado, comemorados ontem, foram registrados em Plenário pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC). Ele destacou os nomes de Plácido de Castro, José Guimard dos Santos, Jorge Kalume e também de seu pai, Geraldo Mesquita, como figuras fundamentais na história do estado.

Mesquita Júnior lembrou que o ex-território foi incorporado "definitivamente" ao Brasil há 59 anos, quando Brasil e Bolívia assinaram o Tratado de Petrópolis. O senador rendeu tributo à memória do presidente João Goulart, que sancionou a lei que criou o estado, em 1962.



**CONQUISTA** Conforme Sibá, o Acre foi o estado que mais avançou na área educacional em quatro anos

## Sibá diz que estado consolida avanços sociais

Sibá Machado (PT-AC) também comemorou os 43 anos de criação do Acre assinalando que o estado vive hoje a quarta fase de sua história, em que se consolidam os avanços sociais, com melhoria da qualidade de vida da população e das condições de educação e saúde.

– Podemos dizer, com orgulho, que o Acre é o estado que mais avançou nos últimos quatro anos na melhoria do indicador educação. – afirmou.

Ele disse que, nessa etapa, o estado ganhou projeção política através das ações do governador Jorge Viana, da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e do senador Tião Viana, todos do PT.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 311-1670  
**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



**ESTRATÉGIA** Martelli (ao lado de Demostenes, Sibá e Magno Malta) alegou haver necessidade de sigilo sobre informações que prestaria a senadores

## Comissão especial ouve deputado em sessão secreta

A requerimento da senadora Fátima Cleide (PT-RO), o depoimento do deputado estadual Edézio Martelli (PT), ontem, na comissão especial externa que investiga denúncias sobre venda de votos em Rondônia, foi realizado em sessão secreta. Antes, o deputado alegou ter revelações a fazer ao colegiado que não gostaria de divulgar naquele momento.

Edézio Martelli é o relator da comissão da Assembleia Legislativa de Rondônia criada para examinar as denúncias de cobrança de propina por parte de dez deputados estaduais ao

governador Ivo Cassol, conforme gravações mostradas em maio, no programa *Fantástico*, da Rede Globo. Fátima Cleide é autora do requerimento para que o Senado criasse comissão externa, presidida pelo senador Sibá Machado (PT-AC).

À tarde, o colegiado ouviu mais dois deputados, e ambos afirmaram que as gravações foram manipuladas, não correspondendo à verdade dos fatos. Segundo eles, os R\$ 50 mil mencionados na fita não representariam pagamento de propina, mas liberação de emendas orçamentárias de autoria dos deputados.

## Osmar Dias pede que Lula não dispute reeleição

Ao defender o fim da reeleição para todos os cargos do Executivo, o senador Osmar Dias (PDT-PR) fez um apelo ao presidente Lula para que ele assuma com o país o compromisso de não disputar sua recondução ao cargo. Ele lembrou que o próprio presidente, quando ainda não tinha assumido o cargo, declarou que era contra a reeleição por não acreditar que alguém conseguisse conduzir um segundo mandato



**DISTENSÃO** Osmar Dias: clima entre Congresso e Executivo melhora se presidente desistir de se reeleger

com a mesma disposição e vigor de um primeiro. Osmar Dias opinou que até a tensão entre o Congresso e o Executivo diminuiria se o presidente tomasse a decisão.

# Senado aprova projeto que limita desmatamento

■ **Materia interrompe atividades em área que esteja sob estudo para criação de unidade de conservação**

O Senado aprovou ontem, em votação nominal, o projeto de lei de conversão que impede o desmatamento em áreas que estejam sob estudo para possível transformação em unidades de conservação. O projeto (PLV 13/05), originado da Medida Provisória 239/05, causou polêmica porque permite que o governo interrompa, provisoriamente, atividades econômicas que possam levar à degradação ambiental.

– É um mecanismo eficiente para se evitar uma prática comum: quando o governo anuncia a realização de estudos, os interesses particulares locais tendem a intensificar a

degradação da área, com o objetivo de extinguir os elementos naturais que justificariam a criação da unidade de conservação – argumentou a senadora Fátima Cleide (PT-RO).

Mas o mecanismo defendido pela parlamentar é justamente a principal crítica do senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS). Para ele, a possibilidade de interromper temporariamente, por sete meses, determinadas atividades econômicas – há exceções para atividades agropecuárias, obras públicas licenciadas e atividades em andamento – representa “um cheque em branco ao Executivo”.

– Uma atividade como, por exemplo, a preparação da terra não poderia ser interrompida. E se o estudo concluir que a área não deverá ser transformada em unidade de conservação? Quem irá arcar com os prejuízos decorrentes da interrupção da atividade econômica?

– questionou Juvêncio.

### Medida temporária

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), que apoiou a proposta, destacou que o mecanismo é uma “limitação administrativa temporária que afeta apenas atividades predatórias”. Nesse contexto, ela lembrou que, com a MP 239/05, o governo federal limitou administrativamente o corte raso de florestas ao longo da BR-163, que liga Santarém (PA) a Cuiabá (MT).

– O grau de desmatamento em unidades de conservação é 12 vezes menor que em outras áreas – lembrou o líder Aloizio Mercadante (PT-SP).

O relator do PLV no Senado, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), não alterou o projeto aprovado na Câmara. A matéria, que vai à sanção do presidente da República, acrescenta um artigo à Lei 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

## Para oposição, medida é "um cheque em branco"

A discussão do PLV 13/05, conhecido como Pacote Verde, gerou acirrado debate na noite de ontem, em Plenário. Os senadores César Borges (PFL-BA) e Leonel Pavan (PSDB-SC) justificaram posicionamento contrário ao projeto – que modifica o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) –, por considerarem que ele representa um cheque em branco para que o governo crie essas unidades de acordo com suas conveniências. Os senadores também criticaram o fato de a MP ter sido editada com o objetivo de dar uma satisfação à sociedade após o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang.

Para Heráclito Fortes (PFL-PI), o que se deve combater são “as quadrilhas que utilizam integrantes do governo do PT para cometer crimes ambientais na Amazônia”. José Jorge (PFL-PE) lembrou as recentes denúncias de que o PT supostamente autorizara o desmatamento ilegal em troca de dinheiro das madeireiras para suas campanhas.

Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), por sua vez, disse apoiar a criação de unidades de conservação ambiental no território brasileiro, mas ressaltou que de nada adianta criá-las se o governo federal for negligente no que diz respeito à sua manutenção. A senadora Heloísa

Helena (PSOL-AL) também declarou voto favorável ao projeto e informou que, dentro das unidades de conservação, o desmatamento na Amazônia é menor do que nas áreas desprotegidas.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) defendeu o projeto de lei de conversão, alegando que a Amazônia é a “galinha dos ovos de ouro” e que é fundamental explorar esse patrimônio sem ameaçar sua biodiversidade. Já Hélio Costa (PMDB-MG) alegou ser necessária a aprovação da matéria para dar uma resposta à indagação internacional sobre o que o Brasil está fazendo para defender a floresta.

## Lobão quer pagamento a trabalhador doméstico deduzido do IR

O senador Edison Lobão (PFL-MA) pediu atenção especial a projeto apresentado por ele que permite às pessoas físicas deduzir de seus rendimentos tributáveis, na declaração do Imposto de Renda, os valores pagos a trabalhadores domésticos com os quais mantenham vínculo empregatício. Ele lembrou que um outro projeto seu, com o mesmo teor, chegou a ser

aprovado no Senado em 1999, mas terminou arquivado pela Câmara no ano passado.

– Os deputados rejeitaram sob o frágil e equivocado argumento de sua suposta inadequação financeira e orçamentária. Aqui no Senado, concluiu-se que a proposta geraria número elevado de empregos, além de aumentar as arrecadações da Previdência Social e do Fundo

de Garantia do Tempo de Serviço – afirmou.

Segundo o senador, em março do ano passado o então ministro do Trabalho, Jacques Wagner, disse à imprensa que a possibilidade de criar deduções no Imposto de Renda para contribuinte que contratasse domésticos com carteira assinada já tinha sido discutida entre ele, o presidente da República e o

ministro da Fazenda. E que a expectativa era que a proposta seria implantada.

– O alcance social da proposta é revelado por sua ampla aceitação pela sociedade: a campanha para registrar empregados domésticos em carteira de trabalho, lançada pelo instituto FGTS Fácil, contou com 1,2 milhão de assinaturas de apoio – afirmou Lobão.



**RELEVÂNCIA** Edison Lobão resalta que proposta contribuiria para aumentar número de empregos



Oposicionistas e governistas não chegam a acordo sobre composição da Mesa da comissão; Mercadante diz que PT e PMDB tinham o direito de reivindicar presidência e relatoria; para Agripino, o governo demonstra intenção de não investigar

# Diante de divergências, Delcídio é eleito presidente da CPI dos Correios

Devido à falta de consenso entre governistas e oposicionistas, a escolha do presidente da comissão parlamentar mista de inquérito criada para investigar denúncias de corrupção nos Correios foi decidida ontem em votação secreta. Por 17 votos, dois a menos que o esperado pelos governistas, o senador Delcídio Amaral (PT-MS) foi eleito presidente e o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), vice. O relator será o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). A chapa oposicionista, liderada pelo senador César Borges (PFL-BA), obteve 15 votos.

O primeiro convocado a depor na CPI será Maurício Marinho, ex-diretor dos Correios que foi filmado recebendo propina de fornecedores da empresa. O depoimento deve acontecer na próxima terça-feira, às 18h.

## Sibá afirma que apuração não será "chapa branca"

O senador Sibá Machado (PT-AC) afirmou ontem que a CPI dos Correios não será "chapa branca", mas deverá ter as cores do Brasil. Ele disse esperar do senador Delcídio Amaral, eleito presidente da CPI, um "comportamento isento", acima das divergências pessoais.

Sibá pediu prudência na averiguação dos fatos e disse que continua acreditando na inocência de Delúbio Soares, tesoureiro do PT, e Sílvio Pereira, secretário-executivo do partido, com relação às acusações que lhes estão sendo imputadas. Ele lembrou o caso de Antônio Carlos Hummel, diretor de Florestas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que foi preso, indiciado e, no fim, teve a inocência comprovada.

– Não se pode fazer qualquer prejulgamento antes que se tenha prova das acusações. Acredito que nosso líder Delcídio vai ajudar a elucidar os fatos e quem tiver que responder a alguma coisa responderá – assinalou.



**ESCOLHA** Delcídio Amaral, eleito presidente da CPI, e Jefferson Péres cumprimentam-se depois de encerrada a votação

Na reunião de ontem, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que, da parte do governo, não houve veto ou tentativa de desqualificar César Borges.

A afirmação foi rechaçada pelo líder do PFL no Senado,

José Agripino (RN), e por César Borges. Os pefelistas estavam convencidos de que "forças externas", no caso o Executivo, atuaram para vetar o senador baiano. Para o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), o cargo deveria ser ocupado por

um integrante do bloco PSDB-PFL, que reuniria a maior bancada no Senado. Já Mercadante apontou o direito de o PT e o PMDB reivindicarem a presidência e a relatoria por serem maioria na Câmara e no Senado, respectivamente.

## Senador é conhecido por sua habilidade política

O presidente da CPI dos Correios, Delcídio Amaral (PT-MS), está em seu primeiro mandato como senador. Especialista na questão energética, ele exerceu o cargo de ministro de Minas e Energia, no final do governo Itamar Franco, e foi secretário de estado de Infra-Estrutura e Habitação, na gestão de Zeca do PT, em Mato Grosso do Sul. Em fevereiro deste ano, o parlamentar foi eleito por unanimidade

para liderar a bancada do PT no Senado dadas as suas habilidades políticas.

Ex-governador de Goiás, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), eleito vice-presidente da CPI dos Correios, começou sua carreira política como vereador e depois elegeu-se deputado estadual e federal. Maguito alinhou-se ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva desde o primeiro momento.

O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), já foi vice-prefeito de Umuarama, no Paraná, e deputado estadual. Exerce seu segundo mandato como deputado federal. Advogado e professor universitário, participa como membro titular da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados e da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

## José Agripino diz acreditar na eficiência das investigações

Ao sair da reunião da CPI dos Correios em que foi eleito presidente o senador Delcídio Amaral, o senador José Agripino, líder do PFL, afirmou que a diferença de dois votos entre o eleito e o segundo colocado, senador César Borges, é uma demonstração de que o Congresso deseja fazer uma investigação séria "doa a quem doer". Agripino disse acreditar que a "dureza dos depoimentos que serão dados à comissão irá garantir a eficiência das investigações".

– Nós contamos com 15 cons-

ciências isentas e os fatos deverão adquirir pernas próprias, fazendo com que as investigações ocorram, quer o governo queira ou não – advertiu.

José Agripino observou que a intenção dos governistas de ocupar os dois principais cargos da CPI só demonstrou à opinião pública a vontade de não se investigar a corrupção nos Correios. Ele salientou que a intenção da oposição não é fazer da CPI um palco eleitoral, mas dar a resposta que a sociedade está esperando sobre as denúncias de



**INQUÉRITO** Para Agripino, Congresso Nacional deseja fazer apuração séria "doa a quem doer"

corrupção na estatal.

Na opinião de Agripino, "não adianta convocar agora o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), depois de ele ter dado um longo depoimento ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados".



**INVESTIGAÇÃO** Serys diz que o escândalo do "mensalão" não pode ser jogado para debaixo do tapete

## Serys defende inquérito do "mensalão"

A senadora Serys Shessarenko (PT-MT) manifestou ontem seu empenho para que o escândalo do "mensalão" não seja jogado para debaixo do tapete. Para ela, o momento é de buscar depuração da prática parlamentar. Serys sugeriu ainda que os petistas citados nas denúncias se afastem dos cargos que ocupam para que as investigações sejam feitas com tranquilidade e independência.



**DESDÉM** Demostenes reclama do descaso com suas propostas de combate à corrupção

## Demostenes lamenta falta de discussão

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) lamentou que, embora tenha apresentado um "pacote anticorrupção" em 2003, nem os seus projetos nem outros sobre o tema foram discutidos.

Entre as propostas, citou a que obriga o cumprimento de pelo menos metade da pena; a que estabelece que quem for preso em flagrante responderá o processo em regime fechado; e a que determina que a liberdade provisória para o corrupto só será concedida com o pagamento de fiança de igual valor ao montante desviado.



Senadores debatem a situação política e seus desdobramentos. O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirma que, "toda vez que houve risco de crise sistêmica, o Congresso fez sua parte, investigou, responsabilizou, puniu exemplarmente"

## ACM considera verdadeiras as denúncias de Roberto Jefferson

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou ontem que é falso dizer que o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) não apresentou provas em suas denúncias. Para o parlamentar, o deputado pode ter seus defeitos, mas só disse verdades em seu depoimento na terça-feira, no Conselho

de Ética da Câmara. Antonio Carlos afirmou que o deputado deixou estarecidas as pessoas que o ouviam.

Segundo o senador, as declarações da secretária Fernanda Karina Ramos, publicadas ontem pela revista *IstoÉ Dinheiro*, confirmando que saíam malas de dinheiro da empresa de

publicidade de Marcos Valério para entregar a deputados, só comprovariam as palavras de Roberto Jefferson.

Antonio Carlos criticou o presidente Lula por fazer um discurso como se nada estivesse acontecendo no país.

Antonio Carlos leu nota oficial do Tribunal de Contas da

Bahia desmentindo versão da Petrobras de que o tribunal havia divulgado em sua página na Internet as cidades que promovem as melhores festas juninas. O senador acusou a empresa de estar usando o dinheiro público para pagar festas com forrós em várias cidades, especialmente as dirigidas pelo PT.



**FESTA** Antonio Carlos aponta financiamento de forró em cidades dirigidas por petistas

# Reforma política será a resposta à crise, diz Renan

Questionado sobre como o Legislativo se defenderá das acusações feitas pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que "a maior defesa que o Congresso tem que fazer é investigar, apurar fundo, para responsabilizar quem precisa ser responsabilizado".

Ao sair de um café da manhã na residência do presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti, Renan informou também que ficou acertada a votação, daqui a dez dias, na Câmara dos Deputados, da reforma política – que, segundo o senador, dará uma resposta à crise enfrentada pelo país.

Sobre as investigações, Renan assegurou que o Parlamento fará sua parte, até porque é isso o que a sociedade está



**PRAZO** Renan anuncia que a reforma política deve ser votada na Câmara dos Deputados em dez dias

exigindo. E relacionou o que está sendo feito:

– Já está criada a CPI dos Correios e existem outros requerimentos que terão que receber tratamento igualitário para a criação de outras CPIs. O Congresso tem, mais do

que nunca, que dar respostas à sociedade. Toda vez que houve risco de crise sistêmica, o Congresso fez sua parte, investigou, responsabilizou, puniu exemplarmente. E isso, a sociedade não tenha dúvida, vai ser feito novamente. Tanto que as pessoas queriam majoritariamente que o Congresso fizesse a investigação política e é isso que está sendo feito.

Além de Renan, participaram do café da manhã os líderes no Senado do PMDB, Ney Suassuna (PB), e do PL, Marcelo Crivella (RJ), assim como vários líderes da Câmara. A maioria saiu do encontro afirmando que a crise política resultante das declarações de Roberto Jefferson será enfrentada com uma reforma política que propicie maior transparência nas relações entre eleitor e eleito.

## José Jorge: Lula brigou por CPI "chapa branca"

O senador José Jorge (PFL-PE) afirmou que, apesar de o presidente Lula ter dito, em seu programa de rádio, que "não deixaria pedra sobre pedra" no que diz respeito às investigações das denúncias de corrupção, ele trabalhou, nos bastidores, por uma CPI "chapa branca".

José Jorge relatou que Lula recebeu o senador Delcídio Amaral (PT-MS), eleito presidente da CPI dos Correios, na manhã de ontem, para traçar sua estratégia.

– Eles estão impondo o presidente e o relator. Mas nós vamos fazer uma CPI séria, correta, para apurar realmente



**EXPECTATIVA** "Eles estão impondo o presidente e o relator, mas nós vamos fazer uma CPI séria"

os fatos – garantiu.

O senador comentou as declarações dadas pelo deputado federal Roberto Jefferson ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados.

– Jefferson foi direto, claro e objetivo. As informações são muito mais graves do que nós imaginávamos. Todo roteiro da investigação já está pronto – observou.

José Jorge comentou que, pelo que foi dito, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, é um verdadeiro "chefe de quadrilha", ao passo que o presidente do PT, José Genoino, comporta-se como a "rainha da Inglaterra", fazendo de conta que não sabe de nada.

Em aparte, o senador Sibá Machado (PT-AC) disse que a CPI não pode ser "chapa branca", mas também não deve ser "de outra cor".

## Valadares não aceita "panos quentes"

Ressaltando que assinou os requerimentos de criação da CPI dos Correios e de uma CPI para investigar as denúncias feitas pelo deputado Roberto Jefferson, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) enfatizou a necessidade de que ambas cumpram suas prerrogativas de apurar e de dar uma satisfação à sociedade sobre os fatos denunciados contra parlamentares.

– Trata-se do clamor da opinião pública. Ninguém pode tentar colocar panos quentes sobre as denúncias.

Para Valadares, a seriedade das acusações envolvendo integrantes do governo e da sua base na Câmara "constitui assunto da mais alta seriedade".

## Simon teme que Lula perca a credibilidade

Pedro Simon (PMDB-RS) disse que o presidente Lula vai perder respeito e credibilidade se não tomar decisões urgentes para contornar a grave crise política que abala seu governo. Para Simon, Lula não deve ficar esperando resultado de CPIs e de processos em tribunais para demitir ministros e auxiliares envolvidos em denúncias de corrupção e escândalos.

Sobre a reforma política, Simon afirmou que, infelizmente, o assunto está sendo discutido em meio a uma grave crise. Lembrou seu projeto que prevê o financiamento público de campanha, já aprovado no Senado Federal.



**ADVERTÊNCIA** Para Lúcia Vânia, investigações não podem destabilizar pilares da democracia

## Lúcia Vânia: deve prevalecer o interesse do país

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou ontem que, escolhidos o presidente e o relator da CPI dos Correios, o Congresso Nacional parte para um novo e importante momento, em que os olhos de toda a nação estarão voltados para a instituição.

– Neste momento, em que a crise política ocupa tanto espaço na vida nacional, precisamos agir com transparência. Acima dos interesses partidários e das emoções, os senhores não poderão perder de vista o interesse maior da nação – alertou.

Para a senadora, há muito a esclarecer, e não é em poucos meses que as respostas surgirão. Ela salientou que isso não deve servir, no entanto, para que se desestabilizem dois dos pilares que tornam firme a democracia: o Congresso Nacional e o Poder Executivo, que, ao lado do Poder Judiciário, formam a base institucional sobre a qual se assenta o país.

Lúcia Vânia cumprimentou o senador César Borges (PFL-BA), que representou as oposições na disputa pela presidência da CPI dos Correios.



**NECESSIDADE** Garibaldi defende a renegociação das dívidas previdenciárias municipais

## Garibaldi propõe repactuação de débitos

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) defendeu ontem, da tribuna, a necessidade de repensar o pacto federativo, em virtude da enorme dívida previdenciária dos municípios.

O senador referiu-se a reunião da Subcomissão de Assuntos Municipais, que ele preside. Durante a reunião, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Roberto Ziulkoski, entregou sugestões para o ministro da Previdência, Romero Jucá, que visam aprimorar medida provisória, a ser enviada ao Congresso, sobre renegociação dos débitos previdenciários municipais.

## Amir Lando quer garantir recursos da Suframa

O senador Amir Lando (PMDB-RO) apresentou emenda ao projeto que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial de Manaus. Ele quer tornar obrigatória a destinação dos recursos arrecadados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) à Amazônia Ocidental. O projeto (PLS 218/03) é de autoria do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). A obrigatoriedade, explicou Lando, já está prevista em lei, mas não é cumprida. Lando destacou a importância do projeto para os municípios da área.



**OBEDIÊNCIA** Lando destaca que obrigatoriedade da destinação dos recursos já é prevista em lei

# Ministérios gastam menos de 1% do que têm direito

**Joaquim Levy, do Tesouro Nacional, revela que pagamento de juros impediu investimentos**

O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, informou ontem na Comissão Mista de Orçamento (CMO), presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que os ministérios gastaram, até abril, apenas R\$ 6,5 milhões dos R\$ 2,8 bilhões que estão sendo destinados neste ano ao programa que retira dinheiro do superávit primário para investimentos. Isso significa um gasto de apenas 0,23%. Superávit primário é o dinheiro que o governo reserva para o pagamento de juros – R\$ 83,8 bilhões neste ano.

Levy ponderou que se trata de um projeto piloto, negociado com o Fundo Monetário Internacional em 2004, que exige qualidade no controle dos gastos. “Os ministérios estão



**EXIGÊNCIAS** Ao lado de Gilberto Mestrinho (D), Joaquim Levy explica que os recursos arrecadados não foram suficientes para o pagamento das dívidas

enfrentando dificuldades por causa das exigências”, reconheceu. Levy afirmou que houve um “excesso” de superávit primário no quadrimestre. A meta era de R\$ 27 bilhões, mas o superávit chegou a R\$ 32,9 bilhões, ou seja, 7,3% do produto interno bruto (PIB). Ele explicou que os recursos não foram suficientes para o pagamento de juros da dívida no período, que exigiram R\$ 38 bilhões. A dívida pública

do governo, disse, já “está acima de R\$ 1 trilhão”.

No quadrimestre, o governo arrecadou R\$ 125,8 bilhões, R\$ 5,2 bilhões acima das previsões. O déficit da Previdência teve um crescimento de 20,8% acima das estimativas feitas em janeiro, tendo chegado a R\$ 10,6 bilhões nos quatro meses. Ele acredita que medidas do governo devem, pelo menos, paralisar o crescimento do déficit.



**NOVIDADE** Ao centro, Serys, Efraim e Mestrinho acompanham lançamento do Sistema de Informações Orçamentárias

## Orçamento pode ser acompanhado pela Internet

Os brasileiros já podem acompanhar as leis orçamentárias, desde o projeto de lei encaminhado pelo Executivo até a execução das despesas federais aprovadas pelo Congresso Nacional. Para isso, basta acessar a Internet no endereço [www.senado.gov.br/siga](http://www.senado.gov.br/siga). O portal abriga o Sistema de Informações Orçamentárias Gerenciais Avançadas (Siga Brasil), iniciativa do Senado Federal lançada oficialmente ontem em solenidade no auditório da sede do Programa Interlegis.

O 1º secretário do Senado, senador Efraim Morais (PFL-PB), enfatizou que a importância do sistema está na transparência que trará às contas públicas.

– É uma feliz coincidência que o lançamento do Siga Brasil esteja se dando exatamente em um momento no qual denúncias de corrupção ocupam os debates. É uma feliz coincidência porque o Siga Brasil mostra que não se pode e não se deve generalizar a incidência de corrupção no setor público – avaliou Efraim.

### Transparência

Para a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), quanto mais visibilidade o programa obtiver, mais benefícios a população brasileira terá. Já o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) considerou o projeto um dos mais avançados do mundo no setor.

O sistema, desenvolvido durante cinco anos pela Secretaria Especial de Informática (Prodasen) e pela Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado (Conorf), permite o cruzamento de informações sobre orçamento de bancos de dados oficiais.

A cerimônia também contou com a presença do consultor geral do Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado, Fábio Gondim; do presidente da Associação Brasileira de Orçamento (Abop), Antônio Augusto Oliveira Amado; e do presidente da ONG Transparência Brasil, Eduardo Ribeiro Capobianco, além de vários parlamentares.

## Pesquisa com células-tronco terá verbas

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem relatório do senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), definindo as cinco emendas que a comissão tem direito a apresentar, destinadas a alterar as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2006. Uma das emendas aprovadas, de autoria do relator, vai beneficiar 12 projetos na área de biotecnologia, reservando recursos principalmente para a pesquisa com células-tronco. Essa é a primeira vez que o Legislativo destina recursos para esse tipo de pesquisa.

Outra emenda, de autoria do presidente da comissão, senador Hélio Costa (PMDB-MG), autoriza a instalação de 165 espaços culturais. Emenda dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Juvêncio da Fonseca vai recuperar espaços esportivos em instituições federais. E uma proposta de Hélio Costa e Gerson Camata (PMDB-ES) destina um total de R\$ 12 milhões em recursos para interiorização de 14 unidades de ensino de universidades federais.

## Maria do Carmo lamenta descaso com funcionários

A precária situação trabalhista dos agentes comunitários de saúde foi denunciada ontem pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE). Segundo ela, existem mais de 200 mil agentes no país.

– O Ministério da Saúde deve enfrentar a vinculação trabalhista desses profissionais, mas até agora não conseguiu dar uma resposta nem mesmo ao Ministério Público do Trabalho – disse. Ela lembrou que o Ministério da Saúde expediu um termo de conduta ao Ministério Público se comprometendo a resolver o problema.



**DENÚNCIA** Maria do Carmo diz que situação trabalhista de 200 mil agentes de saúde é precária

## Paim pede ao Senado votação da PEC Paralela

Paulo Paim (PT-RS) dirigiu, ontem, apelo aos senadores para aprovação da PEC Paralela – que atenua os efeitos da reforma previdenciária – antes do recesso parlamentar de julho. O senador afirmou que já tem assinaturas suficientes para que a matéria vá a Plenário.

Paim prestou homenagem à TV Senado pela obtenção do Prêmio Clara de Assis de Televisão, concedido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ao programa *Inclusão*, apresentado pela jornalista Solange Calmon. O programa, disse, mostra a dura realidade do povo brasileiro.

– Milhões de brasileiros estão na sarjeta, marginalizados, não têm sequer casa e moram nas ruas – destacou o senador.

Paim lembrou proposta de sua autoria que cria um programa nacional de inclusão da população de rua, capaz de proporcionar assistência e condições para a inclusão social e oportunidades de qualificação



**DECISÃO** Paulo Paim espera que Plenário decida sobre a emenda constitucional ainda este semestre

profissional a essa população. O projeto seria financiado pelo Fundo de Combate à Pobreza e Erradicação da Fome, e receberia recursos de convênios.

Ele comunicou ainda a chegada a Brasília do cidadão gaúcho João Alberto Xavier Miranda, que saiu do Rio Grande do Sul há cinco meses e percorreu a pé 2.976 quilômetros, no que chamou de "a marcha de um homem só".

A caminhada, afirmou, foi um protesto contra o desemprego e um apelo para que o Congresso aprove projetos que beneficiem trabalhadores com mais de 40 anos e dêem aos jovens a oportunidade do primeiro emprego. Paim foi apoiado por Leonel Pavan (PSDB-SC).

senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), que naquele momento presidia a sessão, e sugeriu que ela se candidate à Presidência da Casa após o mandato do presidente Renan Calheiros. Malta ressaltou a importância do trabalho da senadora na CPI que investigou a exploração sexual no país.

Após saudar, no mesmo pronunciamento, a eleição de Ronaldo Gonçalves para desembargador do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, Magno Malta criticou o pequeno quadro de agentes da Polícia Federal e do Ministério Público.

– Temos uma Polícia Federal de apenas 7 mil homens; a Argentina tem 47 mil homens. O número de marinheiros em Brasília, que não tem mar, é muito maior que o da Polícia Federal no Brasil inteiro – afirmou o parlamentar capixaba, que destacou o trabalho realizado pela instituição em favor do Brasil.

## PMs solicitam apoio de Heloísa

Integrantes do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares do Brasil e dos Corpos de Bombeiros Militares estiveram ontem com a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) para solicitar apoio à aprovação de dispositivos incluídos

na chamada PEC Paralela da Previdência (77/03), de interesse das corporações.

Um dos pontos por eles defendidos refere-se aos limites de remuneração, que ficariam equiparados aos vencimentos de desembargadores.

# Compra de voto pode ser punida com mais rigor

Projeto estabelece a proibição desde escolha do candidato em convenção, e não mais a partir do registro

A proibição da compra de votos nas eleições poderá ser estabelecida desde a escolha do candidato na convenção partidária e não mais a partir do registro da candidatura, como determina a legislação vigente. Projeto nesse sentido, de iniciativa do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), foi aprovado ontem, com substitutivo, oferecido pelo próprio autor, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com o substitutivo ao projeto (PLS 76/03), acolhido no parecer do relator, Marcelo Crivella (PL-RJ), "constitui venda de voto o ato de doar, oferecer, prometer, ou entregar ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer



**INICIATIVA** Proposta de Valadares recebe substitutivo na Comissão de Justiça

natureza, inclusive emprego ou função pública".

O relator acatou emenda fixando o prazo de 60 dias para propositura da ação competente e a determinação de que as penalidades – multa de mil a 50 mil Ufirs (Unidade Fiscal de Referência) e cassação do registro ou diploma – tenham eficácia após a publicação da respectiva decisão judicial. Em caso de recurso, a decisão poderá ser suspensa até o pronunciamento definitivo do tribunal, do qual caberá agravo no prazo de cinco dias.

A CCJ aprovou também

substitutivo de Alvaro Dias (PSDB-PR) a proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial de Manaus. A proposição original (PEC 59/04) alterava o nome para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.

A proposta foi acolhida com duas emendas. Uma, de Valadares, acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Transitórias Constitucionais para determinar que a mudança para Pólo Industrial de Manaus preserve os benefícios e as finalidades originais da atual Zona Franca. A outra, de Amir Lando (PMDB-RO), inclui parágrafo no artigo 251 para determinar que os recursos próprios arrecadados pelo órgão gestor do Pólo Industrial de Manaus serão aplicados, obrigatoriamente, em ações necessárias ao desenvolvimento da região.

## Referendo sobre armas pode ser em 23 de outubro

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Carlos Velloso, disse ontem que a data mais provável para o referendo sobre a proibição da venda de armas de fogo é 23 de outubro, caso a Câmara aprove ainda este mês o decreto legislativo sobre o assunto.

A afirmação foi feita em encontro com o presidente do Senado, Renan Calheiros, o relator do projeto na Câmara, deputado João Paulo Cunha (PT-SP), parlamentares e representantes da sociedade.

Renan Calheiros anunciou que tentará "fazer um acordo com os líderes partidários na Câmara para que o projeto seja votado a tempo".

## Senado recebe mensagem indicando novo procurador

O vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), na direção dos trabalhos do Plenário, leu ontem a mensagem do Executivo indicando Antonio Fernando Barros e Silva de Souza para procurador-geral da República. Ele deverá substituir Cláudio Fonteles, cujo mandato termina no dia 29 de junho. Antonio Fernando é o atual vice-procurador-geral.

A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) encaminhou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva uma lista com os três nomes eleitos pela categoria para substituir Fonteles. O nome do vice-procurador estava em primeiro lugar.

## Maciel defende novas regras para as medidas provisórias

O senador Marco Maciel (PFL-PE) defendeu ontem a aprovação do projeto do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que disciplina e restringe o uso de medidas provisórias (MPs). O senador manifestou sua preocupação com o fato de o Congresso estar com sua capacidade de legislar reduzida, em razão de Câmara e Senado terem, constantemente, as pautas trancadas por medidas provisórias. Ele sugeriu a realização de uma sessão do Senado especificamente para debater o assunto.

Segundo o parlamentar, a Emenda Constitucional 32/01 – que determinou o trancamento da pauta da Câmara e do Senado pelas MPs, caso não tenham sido aprovadas em 45 dias – contribuiu para aumentar a tensão no relacionamento entre Legislativo e Executivo. Ele acrescentou que a emenda também possibilitou uma quebra de harmonia entre os Poderes da República.

Marco Maciel advertiu que a generalização na edição de MPs provocou uma expressa violação no que determina a lei. Ele



**DISCUSSÃO** Marco Maciel sugere sessão especial do Senado para debater a edição de MPs

citou oito medidas provisórias baixadas recentemente que infringiriam a legislação, entre elas a MP 220, que cria cargos em comissão do grupo direção e assessoramento superiores (DAS) no âmbito do Poder Executivo.

José Cruz



**ALIMENTAÇÃO** Presidente da CRA, Sérgio Guerra (ao microfone) manifesta preocupação com preço do produto

## Especialistas debatem mercado interno de carne

■ Pecuaristas querem mudanças na política cambial e defendem investimentos em sanidade animal

Produtores rurais presentes à audiência pública realizada ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) afirmaram que a pecuária enfrenta mudanças estruturais em decorrência da globalização da economia e defenderam modificações na política cambial. As exportações de carne bovina, informaram, devem gerar este ano US\$ 3 bilhões, com a venda para mais de 150 países, entre eles os Estados Unidos e nações européias. A audiência foi proposta pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS), com o objetivo de discutir critérios para a fixação do preço do produto no mercado interno.

Carlos Vacava, pecuarista em Mato Grosso do Sul, lembrou

que o Brasil é hoje o segundo maior exportador de carne bovina do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos.

Os pecuaristas defenderam investimentos governamentais para assegurar a sanidade do rebanho nacional, formado por 195 milhões de cabeças. O representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Antenor de Amorim Nogueira, criticou o aumento do preço dos insumos agrícolas, que, segundo ele, sofreu variações médias que ultrapassam 26%.

O vice-presidente do Frigorífico Independência, Miguel Russo, disse que o preço da carne é definido pelo mercado externo, mas observou que há espaço para o crescimento do consumo interno.

O consultor da Associação Brasileira dos Supermercados (Abras), Milton Dallari, ressaltou que o Brasil voltou a ocupar posição de destaque no mercado mundial de carne.

Para o presidente da Funda-

ção Cândido Rondon, Ido Michels, é necessária a regulação do setor, para reduzir os preços no mercado interno.

Os auditores fiscais do Instituto Nacional do Seguro Social presentes ao debate afirmaram que a sonegação no setor é alta. Segundo Ronaldo Macedo, a cadeia de produção das unidades frigoríficas preocupa os técnicos da Previdência. O deputado Paulo Corrêa sugeriu que se priorize a fiscalização nas grandes empresas.

O presidente da CRA, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), disse que é preciso oferecer um produto pelo qual os consumidores possam pagar. A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) defendeu a continuidade dos debates e o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) sugeriu que os consumidores participem da discussão.

Também participaram da audiência o diretor do Pão de Açúcar, Wilson Barquilha, e o auditor-fiscal André Massaro.

Rosewell Pinheiro



**DISCORDÂNCIA** De acordo com Flexa Ribeiro, o Movimento dos Sem Terra não tem legalidade

Ao defender uma reforma agrária ordeira, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) denunciou a intolerância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e lamentou que o governo não tenha realizado todos os assentamentos prometidos. Para o parlamentar, o MST não tem legalidade.

Na semana passada, duas rodovias federais foram fechadas no Pará pelo MST, em protes-

to contra o cumprimento de mandados de reintegração de posse expedidos pela Justiça. A Polícia Militar do estado foi requisitada para desocupar 42 fazendas consideradas produtivas e invadidas pelo MST, informou.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) disse não haver gestão pública para reorganizar o modelo fundiário brasileiro. Ana Júlia Carepa (PT-PA) infor-

mou que várias das liminares de despejo possuem nove anos de existência e que a realidade "já se alterou completamente".

## Ana Júlia aplaude programa Luz para Todos

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) elogiou ontem o programa Luz para Todos. Na avaliação da senadora, esse é o maior programa de acesso à energia elétrica da história do Brasil, pois vai beneficiar cerca de 12 milhões de brasileiros até 2008. Ela criticou o governo do Pará por ter noticiado como sendo de autoria do estado as obras do Luz para Todos na ilha de Algodoal. Ana Júlia frisou que o programa é do governo federal, capitaneado pelo Ministério de Minas e Energia, em parceria com governos estaduais, concessionárias de



Rosewell Pinheiro

**ABRANGÊNCIA** Iniciativa irá beneficiar 12 milhões de brasileiros até 2008, resalta Ana Júlia Carepa

energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural.

– São milhões de brasileiros beneficiados. Energia é fundamental para o desenvolvimento do país – afirmou.

A senadora informou que o governo já repassou R\$ 64,3 milhões ao Pará, onde o programa deve chegar a 230 mil pessoas.

## Antônio Leite cobra construção de hidrelétrica

O senador Antônio Leite (PMDB-MA) fez um apelo às ministras de Minas e Energia, Dilma Rousseff, e do Meio Ambiente, Marina Silva, para que dêem atenção ao projeto da hidrelétrica de Estreito, no rio Tocantins, cuja construção estava prevista para se iniciar em 2003, mas até agora não começou. As obras, informou, estão dependendo do licenciamento ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Conforme o senador, a hidrelétrica de Estreito é um dos



Rosewell Pinheiro

**DEMORA** Segundo Antônio Leite, obra da hidrelétrica de Estreito depende de licença ambiental

maiores projetos de geração de energia hoje no Brasil. Uma vez em funcionamento, poderá gerar uma média anual de energia de 5.145 gigawatt/hora, que deverá ser incorporada aos sistemas Norte/Nordeste e Norte/Sul/Sudeste, por intermédio do sistema interligado, informou ele.

## Quintanilha anuncia fábrica no Tocantins

O anúncio da implantação de uma fábrica de cimento do Grupo Votorantim no município de Xambioá, no Tocantins, foi registrado ontem em Plenário pelo senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

Segundo o senador, a fábrica, próxima à fronteira com o Pará, constituirá um marco de desenvolvimento para a região, por estimular a criação de empregos e o surgimento de atividades econômicas.

Sobre a usina de Estreito, no Maranhão, Quintanilha explicou que um consórcio de 80 municípios tocantinenses



Rosewell Pinheiro

**EMPREGOS** Quintanilha saúda instalação de unidade do Grupo Votorantim em Xambioá

aguarda estudos para o início dessa e de outras obras, que beneficiarão o Tocantins, o Maranhão e outros estados.

O senador lembrou que as usinas devem obedecer a preservação ambiental, pois trarão alterações na vida das populações ribeirinhas e nos ecossistemas.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana e Efraim Morais e pela senadora Patrícia Saboya